



REDD +
RORAIMA

O Grupo de Trabalho Social de REDD+ de Roraima.





Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH

Glicério Fernandes

Diretoria de Pesquisa e Tecnologia e Gestão Territorial - DPTGT

Luana Tabaldi

Apoio:

Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas - GCF Task Force

Fundação Amazônia Sustentável - FAS

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Elaboração:

Luana Tabaldi - Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH

Raissa Guerra - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Stoney do Nascimento Pinto - Mikuin Projetos e Consultoria Socioambiental

Ronald Dannyel - Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH

Apresentação

As mudanças climáticas são um tema de grande relevância que nos últimos anos têm sido amplamente debatidos no Brasil e no mundo. O desmatamento das florestas é um dos fatores responsáveis pelas alterações climáticas. O aquecimento global com previsões cada vez mais altas requer que governos definam iniciativas de mitigação e adaptação a essas mudanças.

Os ecossistemas estão vulneráveis às mudanças climáticas, comprometendo os serviços ambientais que eles fornecem. Por essa razão, a conservação dos ecossistemas é fundamental para o equilíbrio climático. O Brasil tem sido referência na implementação de políticas e estratégias de mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+), bem como no desenvolvimento de iniciativas estaduais de políticas para a valorização dos Serviços Ambientais.

O Estado de Roraima, membro da Força Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas – GCF-TF, vem promovendo o debate sobre mudanças do clima, serviços ambientais e mecanismos de REDD+, vinculados à qualidade de vida das populações tradicionais e o incremento da renda por meio de atividades sustentáveis. Assim como todos os Estados membros do GCF-TF, Roraima, por meio do Projeto Florestas pelo Clima, captou recursos para a estruturação de sua política jurisdicional de REDD+ e Serviços Ambientais (UNDP, 2015).

Na última década, Roraima desenvolveu marcos importantes da sua política ambiental, tais como o Plano Estratégico Roraima 2030, uma visão de longo prazo para o desenvolvimento econômico sustentável do estado e, mais recentemente, a sua política de REDD+ e Serviços Ambientais.

Histórico do REDD+ no Estado de Roraima

O REDD+ tem sido globalmente discutido ao longo da última década e muitos esforços têm sido feitos para desenvolver os instrumentos necessários para a sua implementação. Desde o seu surgimento, na Conferência das Partes (COP) de Bali em 2007, inúmeras iniciativas foram desenvolvidas em todo o planeta. Para estimular essas iniciativas, foram criados financiamentos internacionais voltados a desenvolver planos de investimento e estratégias Jurisdicionais, além de iniciativas inovadoras em REDD+, desde que sejam cumpridos os critérios e metas que levem à redução das emissões de gases de efeito estufa por atividades de mudança de uso do solo.

Roraima encontra-se historicamente em um processo de ocupação territorial demandante da conversão de vegetação nativa para usos econômicos. Os processos de conversão da vegetação nativa florestal ou da porção caracterizada pela savana, ou lavrado roraimense, estão ligados, principalmente, à pecuária extensiva e à rizicultura, e mais atualmente com o avanço da soja, especialmente nas áreas de savana (Cerrado). Apenas no período entre 2009 a 2016, a área de plantio de soja cresceu de 1.400 ha para 24.035 ha, com um aumento de produção de 3.920 para 67.347 toneladas por ano, segundo o IBGE. Por outro lado, e apesar do avanço das atividades econômicas, 19 milhões de hectares da vegetação nativa do Estado encontram-se preservados (88% do território) e podem atrair financiamentos que recompensem pelos esforços de preservação.

Para aproveitar esta condição considerável de conservação, está sendo construído em Roraima o Sistema Estadual de Serviços Ambientais e de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, Conservação, Manejo Florestal Sustentável, Manutenção e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+) no Estado de Roraima.

Para entender melhor como começou esse processo, é necessário fazer uma breve retrospectiva. Em 2017, o Estado de Roraima passou a fazer parte da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF), uma iniciativa conjunta de vários estados e província de diversos países, tais como os EUA, Brasil, Indonésia, México e outros, criada em 2008 para implementar mecanismos de REDD+ entre seus partícipes, se comprometendo a definir e cumprir com metas de redução do desmatamento. Desde então, uma das iniciativas para atingir essas metas é a criação de um sistema jurisdicional de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+). No âmbito do GCF, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) é parceiro técnico dessa iniciativa.

Em 2018, Roraima participou da abertura chamada Janela A e com o financiamento disponibilizado, deu início à estruturação do seu sistema jurisdicional de REDD+, que finalizou em 2020. O sistema conta com: o mapeamento dos ativos ambientais e das políticas de desenvolvimento do estado para o estabelecimento de procedimentos e critérios para a tomada de decisões; a estruturação de processos de gestão financeira; uma estrutura jurídico-institucional de gestão do sistema; a definição de um mecanismo de repartição de benefícios de REDD+ que considere não somente os aspectos ambientais, mas também socioeconômicos e que possa atender mais adequadamente as populações rurais econômica e socialmente mais vulneráveis; o cumprimento das salvaguardas socioambientais; e os meios de controle social, transparência e monitoramento do mecanismo de REDD+.

O principal resultado da Janela A foi a publicação do Decreto 29710-E de 09/12/2020, que Instituiu a Política Estadual de Impulsionamento do Desenvolvimento Econômico-Ambiental de Baixas Emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal; sendo necessário à sua regulamentação. O Decreto prevê um sistema de governança com a participação de diversos setores da sociedade, tais como os povos indígenas, pequenos agricultores e sociedade civil; além de assegurar o cumprimento de salvaguardas socioambientais que visem prevenir ou minimizar impactos adversos das atividades econômicas. O próximo passo para a consolidação de uma Política de REDD+ no estado consiste na elaboração de um marco legal, que deverá ser construído com subsídios das populações indígenas e comunidades tradicionais do estado.

Em 2021, Roraima submeteu uma manifestação de interesse à Coalizão LEAF (Reduzindo Emissões através da Aceleração do Financiamento Florestal), uma iniciativa global voluntária de empresas e governos com interesse no financiamento da conservação florestal em resposta ao desafio da mudança do clima. A Coalizão visa aumentar a ambição climática global, além de contribuir para a redução do desmatamento e degradação florestal até 2030. Um dos critérios para a seleção de propostas da Coalizão LEAF é que atendam aos requisitos do Padrão de Excelência Ambiental da REDD+ (TREES, na sigla em inglês) da Arquitetura para Transações de REDD+ (ART, na sigla em inglês), considerado de alta integridade social e ambiental, bem como a garantia de ampla e efetiva participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Em 2022, a Força Tarefa disponibilizou outro financiamento visando identificar as lacunas nos sistemas estaduais para o cumprimento dos critérios do padrão de certificação ART TREES. A certificação nesse padrão irá possibilitar que o estado esteja apto para comercializar os seus créditos gerados pela redução das emissões oriundas do desmatamento e degradação. A instituição responsável pela implementação desse mecanismo é a Fundação Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (FEMARH) e, por ser uma iniciativa transversal, deverá contar com a colaboração de outras secretarias estaduais.



Agora vamos aos conceitos básicos sobre clima.

O que é a Mudança Climática?

A Mudança Climática é alteração de características no clima da terra causada pela ação humana, sendo um fenômeno comprovado pela ciência, ou seja, existem, são emergenciais e irreversíveis para a atual geração. Essas alterações no clima elas são complexas, transversais e abrange todos os ecossistemas. Onde, de uma forma ou de outra, em maior ou menor escala, suas consequências afetarão a todos, em todos os lugares. É importante falar que grande parte da vida na terra está sob ameaça pela forma como a devastação e degradação dos ecossistemas estão sendo aceleradas em grande parte devido ao agravamento do aquecimento do planeta.

De acordo com estudos científicos divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), 63% dos serviços ambientais oferecidos pelos ecossistemas estão seriamente afetados, os recursos naturais “consumidos” pela população global superam em 30% a capacidade de oferta e regeneração espontânea da natureza e, pior ainda, essa “pegada ecológica”³ é muito desigual entre os grupos sociais e entre os países. A questão central são as consequências resultantes da mudança do clima que afetam, de forma mais direta, os grupos sociais e as comunidades mais vulneráveis. A Ciência do Clima adverte que, se queremos evitar eventos extremos que provocam catástrofes e danos a todas as formas de vida, principalmente a humana, deveremos adotar princípios de precaução e não deixarmos a temperatura média do planeta ultrapassar o limite de 1,5 a 2°C (graus Celsius) até 2100, nível considerado relativamente seguro por especialistas, mas que já implica em consequências severas.



O que é Aquecimento Global?

O Aquecimento global é o aumento da temperatura média dos oceanos e da camada de ar próxima à superfície da Terra que pode ser consequência de causas naturais e atividades humanas. Atualmente está comprovada que a atividades humanas estão alterando o aquecimento global. Isto se deve principalmente ao aumento das emissões de gases na atmosfera que causam o efeito estufa, principalmente o dióxido de carbono (CO₂).

O que é o Efeito Estufa?

O Efeito estufa corresponde a uma camada de gases que cobre a superfície da terra, essa camada composta principalmente por gás carbônico (CO₂), metano (CH₄), N₂O (óxido nitroso) e vapor d'água, é um fenômeno natural fundamental para manutenção da vida na Terra, pois sem ela o planeta poderia se tornar muito frio, inviabilizando a sobrevivência de diversas espécies.

Normalmente parte dos raios do sol que chegam ao nosso planeta são refletidos e retornam diretamente para o espaço, outra parte é absorvida pelos oceanos e pela superfície terrestre e uma parte é retida por esta camada de gases que causa o chamado efeito estufa.

O problema não é o fenômeno natural, mas o agravamento dele. Como muitas atividades humanas emitem uma grande quantidade de gases formadores do efeito estufa (GEEs), esta camada tem ficado cada vez mais espessa, retendo mais calor na Terra, aumentando a temperatura da atmosfera terrestre e dos oceanos e ocasionando o aquecimento global.



Quais as principais consequências do aquecimento global?

São várias as consequências do aquecimento global e algumas delas já podem ser sentidas em diferentes partes do planeta. Os cientistas já observam que o aumento da temperatura média do planeta tem elevado o nível do mar devido ao derretimento das calotas polares, podendo ocasionar o desaparecimento de ilhas e cidades litorâneas densamente povoadas. E há previsão de uma frequência maior de eventos extremos climáticos (tempestades tropicais, inundações, ondas de calor, seca, nevascas, furacões, tornados e tsunamis) com graves consequências para populações humanas e ecossistemas naturais, podendo ocasionar a extinção de espécies de animais e de plantas.

Quais as principais atividades humanas que causam o aquecimento global?

Entre as principais atividades humanas que causam o aquecimento global e consequentemente as mudanças climáticas, a queima de combustíveis fósseis (derivados do petróleo, carvão mineral e gás natural) para geração de energia, atividades industriais e transportes; conversão do uso do solo; agropecuária; descarte de resíduos sólidos (lixo) e desmatamento. Todas estas atividades emitem grande quantidade de CO^2 e de gases formadores do efeito estufa.

No Brasil, as mudanças do uso do solo e o desmatamento são responsáveis pela maior parte das nossas emissões e faz o país ser um dos líderes mundiais em emissões de gases de efeito estufa. Isto porque as áreas de florestas e os ecossistemas naturais são grandes reservatórios e sumidouros de carbono por sua capacidade de absorver e estocar CO^2 . Quando acontece um incêndio florestal ou uma área é desmatada, esse carbono é liberado para a atmosfera, contribuindo para o efeito estufa e o aquecimento global. Mas as emissões de GEE por outras atividades como a agropecuária e a geração de energia vêm aumentando consideravelmente ao longo dos anos.

Como podemos contribuir para mitigar os impactos da mudança do clima?

Sabemos que a manutenção das florestas e dos serviços ambientais se dá em grande parte pelos conhecimentos que os povos e populações que habitam as florestas têm e praticam através do manejo milenar das florestas. Manter a biodiversidade, fazer o manejo dos recursos naturais, manter as culturas, as línguas e os conhecimentos desses povos são grandes contribuições destes povos à sustentabilidade.

Na Amazônia brasileira, por exemplo, as Terras Indígenas têm grande cobertura florestal com isso os povos indígenas contribuem em manter as nascentes preservadas, a regulação das chuvas, as espécies protegidas e bem manejadas, com solo de qualidade, citando apenas alguns exemplos.

Como Roraima tem agido para melhorar o clima?

Por meio do Decreto 29710-E de 09/12/2020, que Instituiu a Política Estadual de Impulsão do Desenvolvimento Econômico-Ambiental de Baixas Emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal; sendo necessária a sua regulamentação. O decreto possibilita que o estado de Roraima possa desenvolver estratégias que valorizem as florestas e seus produtos, assim como as populações e povos que as habitam.

O que são Salvaguardas Socioambientais?

As salvaguardas socioambientais são ações que buscam evitar riscos e impactos indesejados das atividades de REDD+ e, ao mesmo tempo, potencializar os benefícios dessas atividades. As Salvaguardas precisam garantir e respeitar os conhecimentos, direitos e modos de vida das populações indígenas e comunidades tradicionais.

Para a implementação do mecanismo de REDD+ é necessário o estabelecimento de mecanismos de governança, importantes para promover reduções efetivas de desmatamentos, benefícios à conservação da biodiversidade, benefícios sociais e respeito aos direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Nesse contexto, as salvaguardas socioambientais têm o objetivo de garantir que programas e projetos de REDD+ não causem efeitos negativos à conservação florestal da biodiversidade, e que não causem impactos indesejados às comunidades locais, povos indígenas e populações tradicionais.



Legenda: Indígenas Wai-Wai.

Como são elaboradas as salvaguardas?

Como norteador desse processo, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), apresenta sete salvaguardas que devem apoiar todas as fases de implementação de políticas, estratégias e planos relacionados à REDD+.

O processo de elaboração dos indicadores de Salvaguardas dos países e estados devem ser orientados pelos Princípios de Cancun, são eles:

- a) ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
- b) estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
- c) respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, leis nacionais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- d) participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais;
- e) ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, assim como para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais;
- f) ações para evitar os riscos de reversão de resultados de REDD+; e,
- g) ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas

E como deverá acontecer em Roraima?

O Estado de Roraima está dando passos largos para a estruturação de seu Sistema Jurisdicional de REDD+. Agora estamos na fase de constituir o Grupo de Trabalho Social de REDD+, previsto no Decreto 29710-E de 09/12/2020, que terá por finalidade coordenar, discutir e consolidar o processo de concepção dos planos, programas e projetos, apoiar consultas públicas, pactuar salvaguardas, a governança e a participação da sociedade no âmbito do Sistema de Valorização Ambiental e Desenvolvimento Sustentável de Roraima - Roraima Verde. O GTS será composto por 4 [quatro] Câmaras Temáticas (CT): CT Indígena, CT Agricultura familiar, CT Populações Tradicionais e CT Sociedade Civil Organizada. O estado está também criando o Fórum Estadual de Impulsionamento do Desenvolvimento Econômico-Ambiental de Baixas Emissões como instância paritária de natureza política, consultiva e de acompanhamento da implementação política e instrumento de participação e controle social da Política Econômica-Ambiental de Roraima. O Fórum será composto por representantes do poder público federal, estadual, municipal, da iniciativa privada, da academia e da sociedade civil, representação de Povos Indígenas, Populações Tradicionais, extrativistas, além dos membros de vários colegiados do estado.



Página web REDD+

WEBSITE
FEMARH.RR.GOV.BR
CONTATO
OUVIDORIA.RR.GOV.BR

